



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 14 de abril de 2025 - Ata n.º 26.

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. A Sr.^a Presidente, Deputada **Flávia Fracischini**, secretariada pelas Sr.^{as} Deputadas **Luciana Rafagnin** (na função de 1.^a Secretaria) e **Maria Victória** (2.^a Secretaria), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **26.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Fracischini – União): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira. Consulto a 1.^a Secretaria se há Expediente a ser lido.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Luciana Rafagnin – PT): Sim, Senhora Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 169/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 37/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.327; **Ofício n.º 170/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 35/2025, que foi



convertido na Lei n.º 22.326; **Ofício n.º 171/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 788/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.335; **Ofício n.º 172/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 36/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.328; **Ofício n.º 173/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 47/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.329; **Ofício n.º 174/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 494/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.331; **Ofício n.º 175/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 754/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.325; **Ofício n.º 176/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 1041/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.330; **Ofício n.º 177/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 466/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.333; **Ofício n.º 178/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 198/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.332; **Ofício n.º 179/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 317/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.334; **Ofício n.º 180/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 622/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.338; **Ofício n.º 181/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 469/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.343; **Ofício n.º 182/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 724/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.337; **Ofício n.º 183/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 717/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.336; **Ofício n.º 184/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 259/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.339; **Ofício n.º 185/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 708/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.342; **Ofício n.º 186/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 715/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.340; **Ofício n.º 187/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a



sanção do Projeto de Lei n.º 312/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.341; **Ofício n.º 664/2025** do Tribunal de Justiça, encaminhando Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 228/2025**) que altera a Lei n.º 21.811, de 13 de dezembro de 2023, e estabelece outras providências; **Ofício n.º 12011/2025** da Agência Nacional de Transportes Terrestres, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Informação** da Secretaria Municipal de Obras Públicas de Curitiba encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 24/2025 do Governador do Estado, encaminhando texto do Decreto n.º 9.542, de 10 de abril de 2025, a fim de conceder isenção de ICMS nas operações internas com ativador de vulcanização de borrachas produzido a partir de resíduos gerados pela indústria de celulose, para homologação desta casa de leis; **Mensagem n.º 25/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 225/2025**) encaminhando projeto de lei que solicita a aprovação de abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 8.211.000,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Saúde – SESA; **Mensagem n.º 26/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 226/2025**) que altera a Lei n.º 21.720, de 2023, que dispõe sobre as transferências obrigatórias de recursos do Estado do Paraná aos municípios paranaenses, para resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres, cria o fundo estadual para calamidades públicas – FECAP; **Mensagem n.º 27/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 227/2025**) que altera a Lei n.º 11.362, de 1996, que dispõe sobre o funcionamento do sistema estadual de assistência social, institui a conferência estadual de assistência social e o fundo estadual de assistência social; **Mensagem n.º 28/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei



Complementar (autuado sob o nº 4/2025) que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à movimentação financeira dos concursos públicos estaduais, e a lei complementar n.º 217, de 2019, que institui o programa de fruição e indenização de licença especial.

Era esse o Expediente que tínhamos, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Primeiro orador inscrito no horário do Pequeno Expediente: Deputado Delegado Tito Barrichello. Gostaria de anunciar e dar as boas-vindas aos alunos do 3.º ano do Ensino Médio do Colégio Militar, que estão acompanhados pela professora Linete. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. Também gostaria de anunciar aqui a presença da Nicoly Lopes Lacerda, vencedora da Pequena Miss Brasil 2025, da Gabriela Damasceno, que vai representar Curitiba em maio no Miss Brasil Teen, e da Ana Vitória Munhoz Dalla Stella, na categoria Baby. Três princesas também que estão nos visitando hoje nesta Casa de Leis. Sejam bem-vindas.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar inicialmente a Ex.^{ma} Presidenta da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em exercício, minha amiga Flávia Francischini, que, aliás, fica muito bem sentada nessa cadeira, meus parabéns! Cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento os caros colegas Deputados Estaduais; cumprimento a imprensa livre que nos assiste neste momento e cumprimento as pessoas que nos prestigiam aqui na Assembleia Legislativa; Pastor Marcelo, da Igreja O Alvo; cumprimento dos alunos aqui acima, da Escola da Polícia Militar, com quem tive a honra de conversar minutos atrás e vislumbrar a diferença de alunos de outras escolas, porque são um exemplo – exemplo de conduta. Parabéns por tudo o que vocês fazem pela sociedade e pela perspectiva de termos cidadãos honestos e trabalhadores, parabéns! Cumprimento você, cidadão de bem, cidadão honesto que me assiste através da *TV Assembleia*. Senhores, no dia 11 de fevereiro deste ano, Sr. Líder do Governo, na cidade de Londrina, quatro



policiais saíram para trabalhar, quatro policiais do 5.º Batalhão da Polícia Militar do BPChoque. Esses quatro policiais estavam fazendo a sua ronda, Sr. Líder do Governo – que é a sua obrigação –, e, como sempre, arriscando as suas vidas em prol da sociedade. Estive lá e pude conversar com esses policiais e compreender todo o contexto dos quais, Sr.^a Presidenta da Assembleia, eles são vítimas de uma imprensa de esquerda e de um Deputado que está aqui nesta Casa, que é o Sr. Renato Freitas, que busca macular a imagem desses honestos policiais. Pois bem, Sr. Líder do Governo, esses policiais estavam na rua a serviço, quando visualizaram um veículo corsa. Um veículo corsa cinza que tinha sido utilizado na prática de diversos crimes. Senhor Líder do Governo, esse carro que foi visualizado pelos policiais tinha sido utilizado na prática de diversos crimes. O que fizeram os policiais? Fugiram? Não. Foram ao encontro desse veículo. O veículo parou, Sr. Líder do Governo? Não parou. O veículo saiu em fuga! Então os policiais, cumprindo sua função, foram ao encontro do veículo. A perseguição ocorreu e esse veículo corsa prata, que já tinha sido utilizado na prática de crimes acabou se acidentando. Dentro do veículo, dois indivíduos jovens, sem dúvida alguma, estavam armados com duas pistolas calibre 9 mm – uma delas, Sr. Líder do Governo, uma pistola de marca Taurus; outra, uma pistola marca Cherokee. E o que fizeram os policiais? No estrito cumprimento do dever legal, perseguiram e, em legítima defesa própria, atiraram nesses criminosos, porque se colocaram na condição de criminosos, estavam com um veículo utilizado em crimes, estavam com duas pistolas e, Sr. Líder do Governo, essas pistolas estavam raspadas. Isso mesmo! As pistolas, Sr. Líder do Governo, apreendidas, estavam com a numeração raspada. Uma arma com numeração raspada é arma de bandido, é arma assassina, é arma criminosa! Quem usa uma pistola raspada é bandido, criminoso e assassino. Se você pegar uma pistola dessas e entregar para um CAC e disser: *Olha, vou lhe dar de presente aqui uma pistola raspada.* Sabem o que ele vai fazer? Ele vai dizer: *Não chego nem perto.* Porque é arma bandida, é arma criminosa, é arma usada por assassinos. E sei, como Delegado de Polícia: é só bandido que usa arma raspada, não existe outra opção! Então, esses dois



jovens estavam com armas raspadas, com a numeração raspada, mostrando o quê? Que estavam na condição de criminosos. Senhores, nossos policiais agiram de acordo com a lei. Estive lá no 5.^º Batalhão, no BPChoque, Sr. Líder do Governo, conversei demoradamente com os policiais militares e lhes digo: são heróis, trabalhadores que estão sendo escrachados, humilhados pela mídia de... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Horário da Liderança.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Obrigado. Utilizo o Horário da Liderança para continuar. Senhor Líder do Governo, então conversei com esses policiais militares, policiais honestos, policiais trabalhadores, policiais dedicados que poderiam ter simplesmente não perseguido aquele veículo que foi utilizado em furto, mas perseguiram, cumpriram sua função, mostraram que a nossa polícia trabalha dedicada e que não é covarde. E encontraram o quê? Duas pessoas, dois jovens armados com pistolas calibre 9 mm, de uso restrito, cuja numeração estava raspada, Deputado Mauro Moraes. E os policiais agiram. Senhores, em qualquer país democrático do mundo, se alguém se colocar nessa situação, irá perder a vida. Imagine, Deputado Mauro Moraes, o senhor lá na Champs-Élysées, na França, região central, perto da Torre Eiffel; alguém com um veículo utilizado em furto; a polícia francesa manda eles pararem e eles não param, fogem; depois de se acidentarem, saem na rua com duas pistolas ilegais, duas pistolas criminosas nas mãos, o que vai acontecer com eles? Perderão a vida. Aqui, nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, em qualquer país democrático. E aqui, Sr. Líder do Governo, os nossos policiais estão sendo perseguidos, estão com a sua imagem maculada, precisam hoje gastar com advogados para se defender criminalmente e administrativamente, quando deveriam receber uma medalha. É isso, Sr.^a Presidente da Assembleia Legislativa. Deveriam eles receber uma medalha pelo trabalho. Poderiam ser omissos, nada



fazer, mas foram ao encontro da questão. Em relação às vítimas, comprehendo a dor dos familiares, comprehendo a dor da família, comprehendo a dor dos moradores do Bairro Bratac, mas também conheço muito a situação do Bairro Bratac, Sr. Renato Freitas, inclusive as manifestações criminosas que ocorreram, Sr. Renato Freitas. Eu tenho imagens de um ônibus sendo parado, Sr.^a Presidenta, um ônibus sendo parado por pessoas, uma delas armada, apontando uma arma para o motorista, para queimar o ônibus depois. Esse é o cidadão honesto que está indignado? Não, são bandidos, são bandidos, são criminosos. Em uma outra imagem, Sr. Líder do Governo, aparece no Bairro Bratac, na comunidade, uma pessoa com um fuzil M4 atirando para cima, indignado com a morte dos dois jovens. Um bandido, um criminoso. Entendo a dor da família, porque mesmo as pessoas que praticam ilícitos têm pai, têm mãe, têm irmãos, são amados por seus familiares. Comprehendo a dor, ninguém aqui busca a morte, jamais e em tempo algum. Não fico feliz com a morte de criminosos, Sr.^a Presidenta, mas, infelizmente, nossos policiais tiveram que agir e agora estão sofrendo consequências. Cabe a nós desta Assembleia Legislativa separar o joio do trigo, como está na Bíblia, e – isto sim – homenagearmos esses quatro policiais, Sr. Líder do Governo, porque agiram de forma legal. E não podemos aceitar absurdos, como a manifestação que o Deputado Renato Freitas fez na Assembleia Legislativa Itinerante, trazendo familiares, trazendo pessoas do Bairro Bratac parciais, que estavam protegendo duas pessoas em situação totalmente ilegal. Gostaria de ver, Deputado Arruda, se alguma pessoa de esquerda recebesse esses dois criminosos na sua casa, na condição de bandidos, se não iriam chamar o BPChoque, os quatro policiais heróis, se não iriam chamar os policiais militares do 5.^º Batalhão. A menos que entrassem como amigos, não é? Talvez possam ter um vínculo, uma ligação, não sei, mas o que posso dizer a vocês é o seguinte: os policiais agiram de acordo com a legalidade, no estrito cumprimento do dever legal e também em legítima defesa própria e de terceiros, protegidos por um excludente de antijuridicidade. A mídia precisa mostrar essa realidade, precisa mostrar essas armas de uso restrito... (É retirado do som.)



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): ... precisa mostrar essas armas de uso restrito que estavam na mão dessas pessoas que se colocaram na condição de criminosos. Não estou ofendendo esses jovens que morreram, que Deus ilumine o caminho deles, que Deus ilumine o caminho dos familiares, mas em qualquer local democrático do mundo, Sr.^a Presidenta da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a consequência seria a mesma: a perda da vida. Meus parabéns aos quatro policiais militares, quero homenageá-los aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Parabéns!

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador inscrito: Deputado Renato Freitas. Gostaria também de anunciar a presença do Vereador de Carlópolis, Sr. Bruno Ribeiro Alves, a pedido do Deputado Bazana. Seja muito bem-vindo.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Segurança pública, o palco dos demagogos, o altar onde são sacrificados todos os dias os mais pobres, os mais explorados, as mulheres, os negros, os órfãos, as viúvas, o imigrante. Na segurança pública se perpetua a insegurança pública, porque dá voto, porque vende arma, colete, blindado, porque financia grandes empresas da segurança privada, que são de propriedade de grandes oficiais das Forças Armadas ou mesmo da Polícia Militar – empresas cinco estrelas, generais cinco estrelas. No Estado do Paraná, a segurança pública está nas mãos do Cel. Hudson, aquele que assumiu em frente às câmeras que estava prevaricando, porque, diante da ordem judicial de desobstruir as vias, ele foi inerte, cúmplice. Organizou a manifestação ele próprio, porque é bolsonarista, e recebeu por isso um prêmio: o cargo de Secretário da Segurança Pública. E o seu irmão Alisson contribuiu para a morte de um ser humano se utilizando do nome do Secretário de Segurança Pública, já que ele, Alisson, trabalhava na Previdência do Estado do Paraná, e



mesmo assim, pasmem, enviou um e-mail pedindo a transferência de um preso à Central de Vagas do Estado do Paraná, que recebeu o e-mail e atendeu ao pedido. Não porque ele tinha competência ou atribuição – porque na verdade previdência é aposentadoria, são os direitos dos que trabalham, não tem nada a ver com segurança pública –, mas ele é irmão do Secretário de Segurança Pública. Então, a toque de caixa, em regime de urgência, horas depois, aquele preso foi transferido. Saiu do CDP lá de São José dos Pinhais para a PCE-UP lá em Piraquara. Até aí, mais uma ilegalidade, arbitrariedade dos que se acham reis, mas a consequência foi mais grave. Horas depois de o preso ter chegado na PCE-UP, foi encontrado morto, pendurado, “suicidado”. Por quê? Por quem? É o que perguntou o chefe do Depen – Departamento Penitenciário do Estado. E o que foi dito a ele? “Vamos investigar”. E o Corregedor não investigou, sentou em cima, arquivou. Então, o Chefe do Depen mudou de Corregedor. Uso, Sr.^a Presidente, o Horário da Liderança. Então, o Chefe do Depen mudou o Corregedor. Quando ele mudou o Corregedor, das sombras apareceu... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Utilizo o Horário da Liderança, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Ok.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Obrigado. Das sombras surgiu o Secretário de Segurança Pública, Cel. Hudson, e transferiu o diretor, exonerou o diretor do Depen, por querer saber por que e por quem foi assassinado o preso. Colocou no lugar uma amiga íntima, que teve, como primeira medida retornar o antigo corregedor do Depen, aquele que não tinha investigado ninguém e que, justamente por isso, foi recontratado para colocar uma pedra nesse assunto. Ora,



que segurança pública é essa que quer acabar com os criminosos não acabar com o crime, mas para monopolizar o crime? Essa mesma segurança pública escandalosamente veio à tona quando um Capitão do 18º Batalhão contratou, em regime de urgência, sem licitação, a rede de supermercado da própria esposa. Uma licitação de mais de R\$ 1 milhão e a comida não chegou. E compraram um carro de luxo, jogaram na internet e escreveram embaixo: “*Deus abençoou*”. Hipócritas. Malditos hipócritas. Segurança pública que, na madrugada de sábado para domingo, a partir de uma viatura da Polícia Militar, assassinou o jovem Ian, de 21 anos, na Avenida Mascarenhas de Moraes, no Atuba. Perseguindo o jovem, que não tinha cometido nenhum crime, era trabalhador, motoboy. Só que a moto tinha algumas prestações atrasadas e o jovem estava com medo e, por isso, foi atropelado pela Polícia Militar do Paraná. Vinte e um anos assassinado gratuitamente. A viatura que o assassinou não parou, não prestou socorro. Uma outra viatura chegou e constatou o óbito. E por que digo isso afirmando em detalhes? Porque morei no Atuba, na Mascarenhas de Moraes, que é uma reta em que ninguém se perde. E consegui as imagens das câmeras que comprovam o momento em que a polícia emparelha, toca, ele cai, a polícia acelera e some. Mais uma vida inocente. E o título da reportagem não era “*tinha passagem pela polícia*”, agora é algo ainda mais rebaixado, “*tinha dívida no Serasa*”. Amanhã ou depois será: “*estava desempregado*”, para amanhã ou depois ser “*reclamava no trabalho*”? Para amanhã ou depois ser “*controle rígido de natalidade*”? Esse genocídio acontecerá frente aos nossos olhos? Contando com o nosso cúmplice silêncio? Com o teatro da Assembleia ou com a arbitrariedade do Governador? Até quando? Por quem? Não por mim. Porque quando a polícia faz as rondas ostensivas com fuzil para fora obrigando a todos a baixarem a cabeça para não lhes olhar nos olhos, eles querem nos roubar a coragem. E, de onde eu vim... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.



DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): E de onde eu vim, a coragem e o instinto de sobrevivência é tudo o que temos e por isso estamos vivos e lutando.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próxima oradora: Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhora Presidenta, Senhores Deputados e Deputadas, na última, ou seja, na semana passada, Deputada Cloara, do dia 9 ao dia 13, quarta-feira até o dia de ontem, aconteceu, em Francisco Beltrão, a 14.^a Expofeira Mulher. A Expofeira Mulher é organizada pelo Núcleo de Mulheres Empresárias, que compõem a Associação Empresarial de Francisco Beltrão. Ela nasceu ainda no ano de 2000, portanto, está completando agora 25 anos de existência. Ela acontece a cada dois anos e é uma feira muito bem organizada por mãos femininas. É uma feira em que acontecem oportunidades para todos. São muitas as pessoas que vão expor na feira. É um momento de crescimento, é um momento em que é fomentada a economia, é um momento que gera empregos. E, a cada ano, a cada edição – essa foi a 14.^º edição – percebemos o crescimento e cada vez mais ela se consolida. Ela também hoje já é um símbolo, não só da região do Sudoeste do Paraná, mas do Estado do Paraná e faz parte, inclusive, do calendário de eventos, Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná. E quero me reportar aqui, porque quero parabenizar todas as mulheres que compõem o Núcleo na pessoa da Roberta Cirino, que coordena o Núcleo de Mulheres Empresárias. Parabenizar a todas as mulheres, porque mostra a força feminina, mostra a potência, mostra todo o potencial que tem a mulher empresária. E, durante esses 25 anos, enfrentou muitas dificuldades, muitas barreiras, mas mostrou que a mulher tem capacidade. A mulher empresária tem condições sim de, inclusive, coordenar uma das feiras, que hoje, acredito, é uma das maiores feiras do nosso Estado e quem sabe do nosso País, que é liderada por mulheres. É um momento importante que demonstra todo poder da mulher. Aqui fica o nosso parabéns a essa grande feira



que aconteceu, milhares de pessoas que lá passaram. Momento de formação, momento de negócios, momento de conhecimento. E o conhecimento, com toda certeza, é a chave para o crescimento. Então, quero aqui destacar a importância dessa feira, até porque fui autora da Lei que colocou essa feira no Calendário Oficial do Estado do Paraná. E, nesse mesmo dia, ou seja – a feira aconteceu do dia 9 ao dia 13 –, mas no dia 11 tivemos, inclusive, a presença da Ministra Cida Gonçalves, Ministra da Mulher, que esteve em Francisco Beltrão na inauguração da Casa de Referência à Mulher, ou seja, a Casa da Mulher Brasileira 4, como conhecida. Esta Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada e tem recursos do Governo Federal, cerca de mais de R\$ 1 milhão, que foi através de uma emenda da Deputada Federal Leandre, hoje Secretária de Estado da Mulher, que também lá esteve presente nessa inauguração e que é a responsável, com certeza, pela obra. Mas é importante destacar, claro, que Beltrão ganhou muito nessa semana e a própria Ministra – cito aqui –, além de participar da inauguração da Casa, também participou, foi conhecer a feira, a Expofeira Mulher. Então, foi um momento importante da vinda da Ministra em Francisco Beltrão. Eu queria dizer também que teve, no dia 11, também na sexta-feira, além da importância que tivemos em Francisco Beltrão da vinda da Ministra Cida Gonçalves, foi um dia muito importante para mim e para minha família, um momento de muita emoção, Deputada Cloara. Porque, no Município de Erechim, minha tia – que é a irmã mais nova da minha mãe – recebeu uma nova certidão de óbito do meu avô. Certidão de óbito que corrige um erro histórico. Certidão de óbito, agoraveio, Doutor Antenor, trazendo... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): ... a verdadeira causa da morte do meu avô. Meu avô foi preso político – o Leopoldo foi preso político em 1964 e faleceu em 1965 – e ela teve a oportunidade, em um momento de muita emoção, de muita



dor, mas ela teve a oportunidade de receber a certidão que corrige essa injustiça de 60 anos, aonde agora veio o óbito não pela morte natural, mas sim por uma morte violenta causada por toda a violência que meu vô sofreu quando esteve no cárcere. Digo para ti, digo para os Deputados e Deputadas que este é um momento, sim, de muita emoção, mas também, em que a gente sente essa justiça sendo feita no caso do meu avô. Por isso que falo que não é uma questão apenas do meu avô, mas sim... Só para concluir, Presidente. De justiça a todas as pessoas que morreram na ditadura. Obrigada, Sr.^a Presidente, obrigada Sr.^s Deputados.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Ricardo Arruda. Gostaria também de anunciar a presença do Vereador de Londrina, Sr. Valdir Santa Fé, a pedido do Deputado Tercilio. E também anunciar a presença da Miss Paraná Teen – Késsilin de Paula, do município de Pinhais, a pedido da Deputada Marli Paulino. Seja muito bem-vinda a esta Casa de Leis.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhora Presidente, colegas Deputadas, Deputados, todos que acompanham esta Sessão Plenária, infelizmente tenho que voltar na pauta aqui, novamente, dessa terapia gênica contra a covid. Está começando uma campanha estadual de vacinação – o que eu apoio as campanhas de vacinação, óbvio que são importantíssimas. Mas somos totalmente contra, nós e o mundo, totalmente contra essa terapia gênica, esse experimento contra a covid. Então faço um alerta aos senhores pais, mães, e peço que o Secretário de Educação e da Saúde refaçam o termo para o pai assinar se permite ou não a vacina. Isso aqui ou foi um equívoco – que espero que tenha sido um equívoco – ou foi má-fé. Acredito que não há má-fé por parte de ninguém que faça parte do Governo Ratinho Junior, que o Governador acho que nem está sabendo disso aqui. Então vocês pais estão recebendo um termo da Secretaria do Estado da Educação dizendo assim: “*Termo de livre consentimento dos pais ou*



responsáveis legais para vacinação". Está lá: "Eu..." põe o teu nome lá, CPF tal... "autorizo a vacinação de meu(a) filho(a) na instituição de ensino. Autorizo a vacinação com meu acompanhamento ou não autorizo". Porém, eles não especificam quais vacinas serão dadas. Tem que ter as vacinas aqui, óbvio, o pai tem que saber o que a criança vai tomar de vacina! É o mínimo de respeito e responsabilidade do Governo em fazer um papel decente, que explique realmente o que vão injetar no filho ou nos seus filhos! Isso é uma pouca-vergonha. Vocês pais, prestem atenção: não assinem! Ou coloquem lá "*eu não autorizo vacinar contra a vacina da covid*" – que nem vacina é. É um experimento. Vai buscar lá se é vacina, não é, é terapia gênica. Eles deram o nome de vacina para dar credibilidade a isso. Mas que barbaridade! Estou viajando o Paraná fazendo Audiências Públicas, levando médicos internacionais, médicos dentro do Brasil mostrando os estudos, mostrando os efeitos colaterais desse experimento. Levando pais testemunhando que perderam os filhos com essa vacina! Por que vocês da Saúde não participam disso? Outro dia, Deputada aqui disse que o Conselho Estadual de Saúde fez uma nota de repúdio a nós que somos contra – deixar bem claro – à vacina da covid. Estou pouco me lixando para esse Conselho Estadual de Saúde que nem médico tem lá dentro. E eles, desinformados, porque a Deputada e esse Conselho deveriam estar aqui no dia da Audiência Pública e aprender um pouquinho a respeito da vacina da covid. Não estou aqui brincando de fazer política contra uma porcaria de uma vacina não! Estamos aqui lutando pela vida das crianças. Ora, gostaria que ela, Deputada e esse Conselho, assinassem um termo que vocês são responsáveis por qualquer efeito colateral que essa vacina causar. Vou propor isso aqui para vocês. Vamos ver se vocês têm coragem de assinar! É muito fácil, não é, obrigar o filho dos outros a tomar essa porcaria, se nem o Lula tomou a segunda dose, nem aquela Ex-Ministra, aquela incompetente que foi exonerada, nem o Vice-Presidente, nem a maioria dos Ministros do Lula. Ninguém tomou a segunda dose dessa porcaria, porque o mundo já sabe que essa vacina não serve para absolutamente nada. Isso aí está lá. Teve agora um relatório com 500 páginas do Congresso Americano, baseado



em medicina, na ciência. Quem é o negacionista agora, se não querem ouvir os médicos? São eles, os que ganharam a eleição vendendo foto de vacina e agora não querem aceitar que venderam um lixo que está matando gente. Pedi aqui, ano passado, o Líder do Governo, Hussein Bakri, ligou na minha frente para o Secretário de Saúde, Beto Preto, e pediu por que até hoje ele não me mandou as informações de quantos jovens, até 22 anos, morreram de morte súbita no Estado do Paraná. Eu... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... Novamente reforço, Deputado Hussein Bakri, mais uma vez, com muita educação, reforço o pedido: ele tem que mandar quantos jovens morreram, pós-covid, com até 22 anos de idade. Por que ele não quer mandar? Qual é o medo do Secretário informar isso? Eu sei qual é o medo e o relatório vai mostrar que, pós-vacinação da covid, aumentou 300% a morte de jovens até 22 anos. Morte súbita. Criança de dez anos infartando, 12 anos, 15, 20, o que não acontecia. Esse mesmo relatório, o Dr. Constantino, do Hospital Constantini do coração me falou a mesma coisa: triplicou a morte por efeito do coração após vacinação da covid. E esse efeito colateral – miocardite, pericardite, AVC, trombose, infarto, está tudo lá no estudo que a própria Pfizer fez. E tenho o livro, apresentei, foi dito na Audiência Pública e tem... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... E tem cego aqui que ainda não quer ver. Agora, quer debater? Vão pegar o estudo. É muito fácil, não há dúvida. Não sou eu que estou inventando isso, não. Está lá nos relatórios, estudos médicos, estudos randomizados... (É retirado o som.)



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir, não vou alongar mais a conversa. Mas acho importante que esse debate venha a esta Casa, o Governador Ratinho Junior falou comigo que ele vai resolver esse problema, vai pacificar e vai dar liberdade aos pais que querem vacinar ou não, como diz a nossa Constituição Federal, que ela permite que quem é responsável pela saúde dos filhos são os pais, eles que determinam isso... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhora Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Lamento que um Parlamentar nesta Casa possa vir à tribuna falar contra a bênção que é para as nossas crianças e para qualquer pessoa, a vacina. A vacina salva vida. O Programa, o Plano Nacional de Imunização prevê um conjunto de vacinas, são 18 vacinas que são aplicadas nas crianças nas mais diversas faixas etárias. Não é possível que se faça da tribuna da Assembleia Legislativa um pronunciamento contra justamente as vacinas que salvam vidas. Agora ainda o Estado e as Prefeituras iniciaram uma ampla campanha de vacinação das crianças nas escolas, inclusive, após consulta feita à Procuradoria-Geral do Estado, resolução conjunta entre o Secretário da Educação e o Secretário da Saúde. Quem prevê a vacinação, inclusive da covid, é o Plano Nacional de Imunização. Aliás, nem é a vacina da covid que está sendo tratada nesse documento que o Deputado Arruda falou aqui, nem se inclui a vacinação contra a covid, são as outras vacinas que são obrigatórias para salvar vidas, para poder cuidar da criança para que nós não possamos ter no Brasil novamente doenças que foram extintas há 70, 80, 100 anos, por conta obviamente do processo de vacinação. Não é possível que se faça campanha permanentemente contra a saúde pública, não é para isso que alguém é eleito Deputado Estadual, de trabalhar contra o interesse público, porque trabalhar contra a saúde das



nossas crianças é trabalhar contra o interesse público. Tanto o Secretário da Saúde quanto o da Educação trabalham sob as regras do Ministério da Saúde, do Plano Nacional de Imunização, da Anvisa, trabalham sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde obviamente as vacinas são obrigatórias, mas não compulsórias. Inclusive se oferece aos pais o direito de, se o pai não concordar com a vacina, ele tem que assinar um termo de responsabilidade não concedendo o direito de o filho ser vacinado, e vai responder por isso caso o filho contraia uma doença. Nós não estamos tratando de vacina contra a covid – embora muitas das crianças tenham também que tomar a vacina da covid –, mas não é dessa vacina que nós estamos tratando que estão sendo efetivamente nessa grande campanha de mobilização da vacina que está sendo feita até o dia 14 de maio. O Paraná, minha gente, tem pressa em salvar a vida das suas crianças, dos seus jovens. Nós sabemos que a vacina contra a covid – vou repetir, que não é o foco dessa campanha a vacina, são as 18 vacinas, outras, que são obrigatórias – a vacina contra a covid foi o que acabou com a pandemia, foi uma benção para a sociedade brasileira e mundial, foi a ciência que salvou as nossas vidas. Não é possível que a gente fique o tempo todo, é grupo de *Whatsapp*, é narrativa, é *fake news*, de manhã, de tarde, de noite. Eu já disse, Deputado, dá o Prêmio Nobel de Medicina para o Doutor Zeballos. Não é possível que uma pessoa seja iluminada e todos os outros milhares de médicos e cientistas, milhões de cientistas do mundo inteiro, estejam errados, só o senhor com a sua narrativa que está certo. Ora, o Governo do Paraná, o Governador Ratinho, nunca trabalhou com ideologia para poder especialmente tratar a questão da pandemia, teve método para tratar, teve a gestão competente do Secretário da Saúde com os Secretários municipais. O Paraná soube enfrentar a pandemia, aqui não tivemos, como teve, por orientação política do Ex-Ministro da Saúde, o Pazuello, quando lá em Manaus mandavam tomar cloroquina, e ao invés de colocar, tratar e dar vacina, e mais, não tinha oxigênio, matando as pessoas... (É retirado o som.)



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Que a senhora conceda para mim o mesmo tempo que a senhora concedeu para o Deputado Arruda, só isso, eu quero só isonomia com isso. Só para concluir o raciocínio: não é possível que tenhamos a irresponsabilidade de vir à tribuna fazer campanha contra a vacina nos braços das nossas crianças, que salvam vidas. Por gentileza, pais, vacinem seus filhos. O que o Estado está fazendo, o que o Governo está fazendo é de forma absolutamente rigorosa, científica, e nós não vamos nos desviar disso. Nossa solidariedade ao Governador Ratinho pelas decisões que tomou, sempre na área da saúde, corretas, ao Secretário Beto Preto e ao Secretário Roni Miranda, todos o fazem com base na ciência e no bem comum das nossas crianças, dos nossos jovens. É isso. Obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para fazer uso do Horário da Liderança do Partido dele, orador: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhora Presidente, demais colegas, tenho que voltar a esta tribuna aqui, primeiramente porque o Deputado Romanelli usou um artifício muito ruim, deselegante e de má-fé. Pura má-fé. Eu comecei minha fala dizendo que nós apoiamos a campanha de vacinação no Estado do Paraná e no Brasil, deixei claro isso aqui no começo da minha fala. Ele, levianamente, falou das vacinas; eu falei da vacina da covid, a qual o senhor não tem a mínima noção, porque não estuda, ok? Não tem noção nenhuma do que fala. O que a ciência e os médicos dizem é totalmente contra a vacina da covid. Por que quase ninguém no próprio Governo não tomou segunda dose? Porque não serve para nada a vacina, isso está comprovado. E não são poucos médicos não, Doutor Romanelli, Deputado Romanelli, V.Ex.^a tem que ler um pouquinho mais, estudar, não é Doutor Zeballos, não, foi feita uma carta por 250 associações mundiais de saúde pedindo ao Governo Lula que pare com a vacina da covid em



criança. Isso não é brincadeira. No Brasil são 15 mil médicos contra essa porcaria – que ele não sabe porque não estudou. Não é vacina, é terapia gênica. Vá se informar, pelo amor de Deus. Eu já fiz várias Audiências Públicas aqui, médicos internacionais, médicos aqui do Brasil, aí vem um Deputado que não sabe nada de vacina nem de medicina, vem querer aqui impor a opinião errada dele. Pelo amor de Deus! Eu peço a você que é pai e mãe, se o seu filho foi vacinado e alguém tiver efeito colateral, cobre o Deputado Romanelli, porque ele assina em baixo da vacina da covid. Eu assino para não vacinar da covid. Se ele responsabiliza, se ele acha boa a vacina, ele que se responsabilize pelas mortes, efeitos colaterais e tudo mais em criança. Isso aqui não é brincadeira, isso não é palanque político, isso não é questão ideológica, isso é questão de ouvir a ciência...

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Permite um aparte, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não permito, não é questão ideológica, isso não é questão ideológica, é a ciência, pelo amor de Deus, eu não dei aparte para ele. Nós temos que parar com essa palhaçada aqui de defender...

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Genocídio.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): A própria Anvisa diz o seguinte: que é um experimento emergencial, ele foi liberado como experimento, não passou pela quarta fase ainda, não é vacina. Não é possível que agora em 2025 as pessoas não se informaram ainda, continuam com a cabeça em 2021. Então, a você que é pai, que é mãe, vocês acompanham a Audiência Pública, não sou eu que falo, são os médicos que falam. O Congresso Americano, que já fez relatório, o último estudo, que participaram 81 mil médicos... Veja bem, participaram, não é Doutor Zeballos, não, participaram 81 mil médicos e disseram o seguinte: tem que tirar imediatamente essa vacina do mercado mundial. Quem fala isso são médicos, não é o médico A, B ou C, são 81 mil médicos, no Brasil 15 mil médicos. A Associação



Mundial da Saúde, 250 associações mundiais assinaram um termo aqui ao Presidente Lula. Pelo amor de Deus, isso não é uma brincadeira, isso é muito sério. E eu peço que os Deputados se somem a nós para proibir essa porcaria no Brasil. Nenhum país do mundo vacina contra a covid, nenhum obriga vacinação de covid, nem em criança e nem em adulto. Será que o mundo está errado e o Brasil certo? Pelo amor de Deus. Eu não estou aqui para ouvir discurso de político tendencioso à esquerda e que vem ditar regra dizendo de um veneno desses. Então, se ele aprova, ele seja responsável por efeitos colaterais, como a Pfizer é. Obrigado.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): *Pela ordem,* Presidente Flávia. Só para corrigir uma informação. O Deputado Ricardo Arruda disse que ninguém do Governo tomou a segunda dose da vacina, mas o Presidente Lula tomou a segunda dose no dia 3 de abril de 2021, assim como a grande maioria dos membros. Eu, por exemplo, estou na minha sexta dose da vacina da covid e irei tomá-la.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Parabéns à senhora. O Lula não tomou, tomou da gripe. A senhora está mal informada.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Mal informado está o senhor, porque é notícia pública, o Lula tomando a segunda dose da vacina...

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): *Pela ordem* poderíamos ceder agora, se fosse questão regimental. Então, vamos prosseguir aqui o Plenário. Próximo orador, pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri. Gostaria também de anunciar aqui a presença do Prefeito de Nova Cantu, Sr. Airton Antônio Agnolin, e dos Vereadores Alvaro e Giló; e dos Vereadores de Japurá, Sr.^s Fernando, Rafael e Pedro, a pedido da Deputada Maria Victoria. Sejam muito bem-vindos. E a Vereadora Simone também, de Contenda. Seja muito bem-vinda a esta Casa de Leis.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhora Presidente, colegas que compõem essa Mesa, Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, gostaria de informar que a Comitiva do Governador se encontra nos Estados Unidos e dela faz parte o Secretário de Segurança Pública, Hudson. E quero aqui reafirmar o compromisso desta Liderança, tão logo ele chegue de volta, estaremos marcando uma vinda dele, a convite, no âmbito da Comissão de Segurança Pública. Evidentemente que os Deputados que quiserem participar podem participar, e todas as dúvidas podem vir à tona. Podem perguntar diretamente a ele, que certamente ele vai responder. Essa, então, é uma questão que trago aqui. Vou saber a data... provavelmente amanhã vou saber a data. Quero informar aos amigos que o meu gabinete, hoje provocado que fui por moradores de União da Vitória, Bituruna, São Mateus, Porto Vitória, tivemos uma reunião com o Dr. Everton, que é o Presidente do IAT, Diretor-Presidente, que tratamos de uma Portaria n.º 177/2025, que está em vigor desde a última quarta-feira, com novos critérios para a pesca, e alguns pontos dessa Portaria praticamente inviabilizam a pesca amadora, não é, Deputada Mabel, que faz sinal de positivo? E tenho certeza de que vários Deputados enfrentam esse problema, algumas cidades que dependem dessa atividade, cidades turísticas, Porto Vitória é um exemplo desses, estão aliadas desse processo e quero aqui ressaltar, Deputado Artagão, o alto espírito público do Everton em ficar aqui duas horas e meia discutindo com o setor, com os empresários, prefeitos, vereadores o que dá para mexer nessa Portaria. Obviamente, dentro de alguns dias, teremos a resposta. Quero também informar que amanhã teremos uma audiência importantíssima, aqui tem vários colegas que são signatários desse Projeto que trata da classificação na empresa do fumo, não é? E amanhã, às 9 horas da manhã, quero dizer para vocês que vai faltar lugar aqui, pelas informações que tenho, de tantos fumicultores que estarão aqui para debater esse assunto. Temos aqui... fui participar de uma reunião prévia em Irati, Deputados – inclusive o Deputado Alison estava lá e não sei quem mais estava –, e deu para sentir uma certa divisão entre eles. Eu senti isso, porque alguns temem que essa nova lei pode trazer algum prejuízo à atividade deles, e



alguns são frontalmente contrários porque, segundo eles, do jeito que está, o produto deles cai lá embaixo o preço. Então, vamos ter que escutar, ouvir, ter paciência, discutir e avançar. Quero também informar a V.Ex.^{as} que foi inaugurado hoje, não é, Deputada, a senhora estava lá, Deputada Márcia Huçulak? O novo ambulatório médico do Hospital do Trabalhador, com um investimento de R\$ 13 milhões. Fantástico o investimento! Também informar que o Paraná lidera...

Deputada Márcia Huçulak (PSD): Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só deixa eu dar esta informação e já lhe passo. O Paraná lidera o País em doações de órgãos, mais do que o dobro da média nacional, órgãos que são doados para salvar vidas, óbvio, e que temos que comemorar. Deputada, por favor.

Deputada Márcia Huçulak (PSD): Estive lá representando a Assembleia, um evento com o nosso Governador em exercício, Darci Piana, e o Secretário de Estado, Beto Preto. Uma obra há muito tempo esperada, Deputado Hussein, que o Governador Ratinho Junior traz com os investimentos da saúde para melhoria. Serão 10 mil consultas em especialidades, 30 consultórios novos, o que vai ampliar muito cuidado não só de Curitiba, mas de todo o Paraná, porque são pacientes que vêm na emergência, no trauma, na ortopedia e que são atendidos no Hospital do Trabalhador. Esse ambulatório vai ampliar muito o cuidado. Então, parabenizar o Governador Ratinho e o Beto Preto por mais esse investimento na saúde do Paraná, em benefício dos cidadãos.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Colegas Deputados e Deputadas, V.Ex.^{as} devem ter visto o apelo que fiz aqui desta tribuna dias atrás em relação à Rodovia 476, que liga União da Vitória a São Mateus, São Mateus a Lapa... enfim, vai para a frente. Fiz esse apelo aqui, são vários acidentes e cada acidente são quatro ou cinco que morrem, eu mesmo sofri um acidente e fiquei uma semana na UTI. Só viajo de carro. É impressionante a situação a que chegou



essa rodovia. É um problema que vem há muitos e muitos e muitos anos, Deputado Arilson, mas muitos anos atrás, não é? Inclusive pegou várias enchentes e que vai ser necessário um investimento muito grande para recuperar. Então quero neste momento informar e agradecer, porque temos que ser gratos, não tem? Você cobra, mas tem que saber agradecer. Quero agradecer ao Presidente do PT, Arilson, à sua bancada, que marcaram a reunião com a Ministra Gleisi, com o Ministro dos Transportes no próximo dia 24. Essa reunião não é para mim e não é para eles, é para salvar vidas, gente! Aquele pessoal do Samu que morreu lá, foram cinco em uma bordoada só. É impressionante! Vocês têm que ver fotografias de como está. Então quero neste momento agradecer publicamente a vocês, à Bancada do PT por essa decisão de nos ajudar. Estaremos lá no dia 24, em nome do Governo, para ver se construímos uma saída, uma situação em que o Estado e a União possam fazer essa junção. Muito obrigado. As famílias agradecem.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Hussein Bakri, em nome aqui da Luciana, da Ana Júlia, do Lemos, do Antenor e do Renato, nós aqui da Bancada temos sensibilidade a o que vem ocorrendo, a agenda está confirmada e precisamos de tudo para poder ajudar a resolver esse problema aí na BR-476. Um problema do Estado do Paraná e a nossa Bancada é solidária e estará junto nessa agenda. Mas volto aqui hoje, infelizmente, para falar de uma denúncia muito séria, uma denúncia grave que envolve a Fapec. Tinha abordado esses dias aqui que essa fundação do Mato Grosso do Sul tinha um contrato milionário sem licitação com a Casa Civil no valor de R\$ 38 milhões, mas, pesquisando, a situação é maior ainda e mais flagrante ainda. Hoje essa denúncia envolve um suposto uso indevido de recursos públicos na área da educação. Um contrato de R\$ 58 milhões. A Secretaria de Estado da Educação – SEED firmou um contrato



de R\$ 58,3 milhões, assinado pelo Sr. Renato Feder, em setembro de 2022, com a Fapec – essa fundação fora do Estado do Paraná. O convênio chama a atenção, porque ele assinado às vésperas da eleição – um mês antes da eleição. Dias antes disso, já se tinha um questionamento da lisura desse processo, da assinatura desse contrato, dessa dispensa de licitação. E a pergunta que fica aqui para o Governo do Estado é se também dessa assinatura participou o atual Secretário-Executivo da Secretaria de Educação, Vinícius Leal, lá de São Paulo hoje. O que temos de grave nesse processo? Existia um parecer técnico contrário a esse processo. Para vocês terem uma ideia, o objeto inicial do contrato era outro, mas depois de um aditivo foi alterado o seu plano de trabalho para incluir compras dos chamados laboratórios didáticos móveis – LDMs. Em 12 de abril de 2021, o Conselho Estadual de Educação publicou o Parecer nº 4/21 rejeitando esses LDMs. O Conselho afirmou que os kits não substituem os laboratórios físicos e não oferecem segurança para aulas práticas com reagentes, calor ou eletricidade. O Conselho Deliberativo do Conselho Estadual de Educação tem força legal e foi desrespeitado. No dia 8 de outubro de 2023, o caso foi denunciado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em uma denúncia feita por um advogado paulista, o nome é Alexandre Lima Vieira, que aponta uma triangulação entre a Fapec para driblar o processo licitatório. Segundo o parecer técnico, cada kit devia custar R\$ 63 mil e 900 e ele foi comprado por R\$ 83 mil e 580, 30,7% a mais do preço, causando um suposto prejuízo ao Estado do Paraná de R\$ 900 mil. Enquanto isso, temos mais de 60 escolas sem laboratório. Investimento feito em kits móveis, com eficácia pedagógica duvidosa e sem a segurança para os professores e estudantes. E adivinhem só quem assinou o contrato pelo lado da Fapec? Foi a Sr.^aNilde Brum, então Presidente da Fapec, por coincidência, ela já foi Presidente da Fundação de Turismo do Mato Grosso e Secretária Municipal da Prefeitura de Campo Grande na gestão do PSD. Isso exige uma transferência: por que decidiu, como foi comprado, quais critérios, etc. Em resumo, há um desrespeito total à decisão do Conselho Estadual de Educação, que é o órgão pleno que decide sobre a política educacional do Estado. Um outro ponto flagrante de fraude é a



mudança de objeto do contrato via aditivo. Foi mudado o objeto após o contrato, a compra foi realizada antes da autorização. Indícios claros de suposta fraude, sobrepreço acima de R\$ 900 mil, denúncia reconhecida pelo Tribunal de Contas e recebida na Controladoria-Geral do Estado, falta de transparência nesse processo e um possível favorecimento político. Essa Fapec vai dar muito o que falar ainda. Falei de um contrato de R\$ 38 milhões esses dias, sem licitação, que envolve a Casa Civil, com projeto de inovação tecnológica. Estou falando desse contrato de R\$ 58 milhões, assinado em setembro de 2022, na véspera da eleição, e tem mais coisas. Estou pesquisando, mas tem mais contratos ainda com o mesmo *modus operandi*. E esta Casa aqui precisa dar resposta à sociedade, uma vez que já tem informações do Tribunal de Contas, na Controladoria-Geral do Estado. Eu fiz aqui um pedido de informações sobre os R\$ 38 milhões, pedido de contrato, quem participou, quem assinou, se tem algum envolvimento do Secretário-Executivo da Casa Civil, do Chefe da Casa Civil ou também do Procurador-Geral do Estado e estou aguardando respostas. Eu não quero ser, como nunca fui, uma pessoa irresponsável para as informações...

Deputado Hussein Bakri (PSD): Um aparte.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Na sequência. Só que nós precisamos que as informações cheguem. O Tribunal de Contas tem ciência desse processo e estamos sabendo agora. Então, queremos respostas. O porquê da mesma fundação, sendo que temos tantas outras aqui no Estado com capacidade de fazer o mesmo tipo de serviço. Agora é acusada por outras empresas de São Paulo de driblar a concorrência na compra de licitação, cujo objeto do contrato era um, depois se mudou para fornecer laboratórios móveis. O que está acontecendo? E ainda em um sobrepreço já constatado e delegado isso pelo Conselho Deliberativo do Conselho de Educação do Estado. Assim, pedimos informações sobre isso e vamos aprofundar o caso Fapec. Deputado Hussein.



Deputado Hussein Bakri (PSD): Senhor Deputado, quero informar a V.Ex.^a que tudo tem um prazo. Vossa Excelência fez uma solicitação, ela será respondida, o Governo do Estado, em relação a essa questão, está tomando todas as medidas cabíveis, mas para não tomar o seu tempo volto a falar amanhã. Só quero informar ao senhor que ao tempo certo o senhor vai receber as respostas. Obrigado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado. Esse caso Fapec está nos mostrando que quando há espaço para não ter concorrência, quando há espaço para fazer algumas coisas que fogem do objeto do contrato, está parecendo um problema corriqueiro que está espalhado por outros órgãos do Estado. Falamos de Casa Civil, de Secretaria da Educação e estamos checando outros contratos, mas pelo jeito tem ainda mais um montante desses valores com outros órgãos. Estamos pesquisando e acompanhando, mas estamos exigindo responsabilização sobre isso. Contratar sem licitação não é crime, existe jurisprudência para isso, mas usar isso de forma corriqueira, como é o que está acontecendo, parece praxe, levanta uma preocupação muito grande. Deputado Requião Filho.

Deputado Requião Filho (PT): Deputado Arilson, e são outros problemas também, não é? Não vamos esquecer do caso da Zetra que trouxe aqui, com uma denúncia gravíssima, onde o Tribunal de Contas afirma que o Governo fabricou emergência para fazer uma contratação sem licitação, ou seja, fabricar uma situação para fazer uma dispensa de licitação, e isso também está sendo investigado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Esse modelo relatado aqui tem que ser objeto de discussão aqui nesta Casa. As regras sobre a licitação possuem Lei Federal. E agora contratar fundação para comprar laboratório, fundação... (É retirado o som.)



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... Fundações desse tipo normalmente servem com a capacidade intelectual, com conhecimento específico de notório saber. Agora, comprar equipamento vendido pelo mercado privado com sobrepreço de 30%, temos que descobrir o que está acontecendo. E uma fundação... será que tem tanto conhecimento técnico e científico para atuar em vários pontos do Governo do Estado do Paraná? E as fundações do Estado do Paraná? E a fundação, Deputado Evandro Araújo, da Universidade Estadual de Maringá? E a fundação, Deputado Tercilio Turini, da Universidade Estadual de Londrina? Da Unespar, que está espalhada pelo Estado, do Instituto Federal, da Universidade Federal do Paraná, será que foram consultadas para ver o serviço e também o preço? Esse é um questionamento que precisamos fazer aqui nesta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Doutor Leonidas (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio



Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL) Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Richembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) (**53 Parlamentares**); **Deputados ausentes sem justificativa:** Ney Leprevost (UNIÃO), (**1 Parlamentar**).]

Projetos regulamente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projeto de Lei: (Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 206/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a priorização de mães e crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista nas políticas públicas de qualificação profissional e intermediação de emprego no Estado do Paraná, com ênfase em vagas de trabalho remoto, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 207/2025**, da Deputada Maria Victória, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Grupo Solidário – IGS; **Autuado sob o n.º 208/2025**, dos Deputados Cantora Mara Lima e Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Wellington Costa Junior; **Autuado sob o n.º 209/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, que institui o Dia do Vigilante no Estado do Paraná, a ser celebrado anualmente no dia 20 de junho, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 210/2025**, do Deputado Batatinha, que institui o Dia Estadual da Perita Criminal, a ser comemorado anualmente no dia 3 de março; **Autuado sob o n.º 211/2025**, do Deputado Batatinha, que institui o Dia Estadual da Mulher Policial Penal, a ser comemorado anualmente no dia 10 de



março; **Autuado sob o n.º 212/2025**, do Deputado Samuel Dantas, que institui a obrigatoriedade da divulgação de informações sobre a adoção de animais nas contas de água e de energia elétrica emitidas durante o mês de outubro; **Autuado sob o n.º 213/2025**, do Deputado Samuel Dantas, que dispõe sobre a taxa de isenção em concursos públicos estaduais para candidatos que doarem cabelo a instituições destinadas a confecção de perucas para pessoas em tratamento de câncer, vítimas de acidentes de trânsito e queimaduras, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 214/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que institui o “Estágio Anjo Inovador” no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 215/2025**, do Deputado Cobra Repórter, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Luciana Saito Massa; **Autuado sob o n.º 216/2025**, do Deputado Nelson Justus, que concede o título de utilidade pública à Casa de Apoio ao Morador de Rua de Guaratuba – Casa Betânia, com sede no município de Guaratuba; **Autuado sob o n.º 217/2025**, do Deputado Delegado Jacovós, que concede o título de utilidade pública ao Núcleo de Apoio a Vida de Maringá – NAVIMAR, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 218/2025**, do Deputado Batatinha, que institui o Dia Estadual da Fecomércio, a ser comemorado anualmente em 16 de julho; **Autuado sob o n.º 219/2025**, do Deputado Batatinha, que institui o Dia S, de valorização e reconhecimento do Sistema Fecomércio/Senai/ Sesc/Senac/Sesi/Sebrae/Senar/Sescoop/Sest/Senate sindicatos filiados a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, anualmente a ser comemorado no dia 16 de maio, e insere no calendário oficial de eventos; **Autuado sob o n.º 220/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, que concede o título de utilidade pública ao CTQT – Centro de Treinamento e Qualificação no Transporte, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 221/2025**, do Deputado Evandro Araújo, que torna obrigatório o oferecimento de interpretação em língua brasileira de sinais – Libras nos cursos online fornecidos e/ou subsidiados pelo Estado; **Autuado sob o n.º 222/2025**, do Deputado Evandro Araújo, que dispõe sobre a regulamentação dos horários para a execução de obras, reformas e manutenções em rodovias estaduais, e dá outras



providências; **Autuado sob o n.º 223/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas para coibir a receptação e o comércio ilícito de materiais metálicos no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 224/2025**, da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de Capital da Abelha sem Ferrão e da Produção de Mel ao município de Prudentópolis.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 698/2024, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que altera o caput e inclui §4.º ao art. 1.º da Lei n.º 11.504, de 6 de agosto de 1996, a qual dispõe que a Defesa Sanitária Animal, como instrumento fundamental à produção e produtividade da pecuária, é competência do Estado, cabendo-lhe a definição e a execução das normas do sanitarismo animal para o Estado do Paraná, conforme específica e adota outras providências.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 748/2024, de autoria do Deputado Alisson Wandscheer, que concede o título de utilidade pública ao Reduto de Apoio a Saúde Mental, com sede no município de Fazenda Rio Grande.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 3 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 39/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 5/2025, que altera a Lei nº 19.449, de 5 de abril de 2018, que regula o exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar e institui normas gerais para a execução de medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO BAZANA (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente Alexandre.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Quero anunciar a presença do Vereador de Carlópolis, Bruno Barber Shop, grande Vereador de Carlópolis, presente aqui conosco.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os colegas que ainda não votaram, o voto é "sim".

DEPUTADO BATATINHA (MDB): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Batatinha.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Após a Sessão, convocar os Deputados, porque teremos reunião do Bloco temático de Inovação na sala Arnaldo Busato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota o Deputado Mauro Moraes? Encerrada a votação: **[Votaram Sim]:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana



Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (49 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Gugu Bueno, Mauro Moraes, Ney Leprevost e Samuel Dantas (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 39/2025.**

ITEM 4 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 111/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 14/2025, que cria a Função Privativa Socioeducativa na estrutura organizacional do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, enquanto nossos Deputados votam, quero fazer o registro do Presidente da Câmara de Vereadores de Palmas, Vereador Paulo Bannake.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Luís Corti, o Deputado Marcio Pacheco, o Deputado Reichembach, a Deputada Flávia? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (50 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Gugu Bueno, Ney Leprevost e Reichembach (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei nº 111/2025.**

ITEM 5 – 2.º Turno do Projeto de Lei nº 160/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 22/2025, em Regime de Urgência, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná e fixa o seu efetivo. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Vamos votar o Projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Questão de ordem, Presidente Alexandre.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela ordem, Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Gostaria de convidar todos os membros da Comissão de Agricultura e Pecuária que, após esta Sessão Plenária, possamos



nos reunir na Sala Caíto Quintana para mais uma reunião da Comissão de Agricultura. Importantes temas. Conto com a presença de todos. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que compõem a nossa base, peço com todo respeito voto "sim". Tem alguns que não votaram ainda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (47 Deputados);
Não Votaram: Alexandre Curi, Gugu Bueno, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Ney Leprevost, Reichembach e Tercílio Turini (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 160/2025.**

Há um **Requerimento n.º 673/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo a votação das emendas uma a uma apresentadas ao Projeto de Lei n.º 160/2025.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem.*

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Faço uma solicitação, sempre ele tem bom senso, vamos votar aqui de forma informal esse Requerimento, para não ser no painel, se o Deputado concordar?



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Concordo, Presidente. Não tem problema não.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Os Deputados que aprovam o Requerimento permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Ganhamos, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Estamos em processo de votação.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Nós ganhamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Os Deputados que forem favoráveis ao Requerimento permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está rejeitado o Requerimento.**

Há um **Requerimento n.º 674/2025**, do Deputado Hussein Bakri, requerendo destaque das Emendas de n.º 1 e n.º 2 ao Projeto de Lei n.º 160/2025. Em votação o Requerimento.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição se manifestará contra o Requerimento.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E nós favoráveis. Ficamos como estamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação o Requerimento. Vamos votar um painel. Como encaminha a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota contra.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nós no painel, então, vamos votar "sim".



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é "sim" aos colegas que ainda não votaram.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Senhor Presidente, voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[**Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Thiago Buhrer (40 Deputados); **Votaram Não:** Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Requião Filho (7 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (7 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e 7 voto contrário, está aprovado o requerimento. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Mauro Moraes e Soldado Adriano José.)

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Presidente, registre meu voto "sim", por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Soldado Adriano. Em discussão as Emendas n.^{os} 1 e 2. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nós também votamos "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. *Pela ordem,*
Deputado Mauro.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O microfone dele não está funcionando.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, só para registrar que no sistema não consta a Emenda.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Enquanto está sendo revisado, quero pedir aos Deputados que compõem a base, o voto é "sim".

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Para registrar o voto do Mauro, "sim". Ele não está conseguindo falar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Mauro Moraes. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (48 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas e Tercílio Turini (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovadas as emendas n.^{os} 1 e 2.**



Em discussão as Emendas de Plenário n.^{os} 3 e 4. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, peço aos colegas que prestem atenção. Fizemos todo o esforço possível, como sempre fazemos com todos os colegas, sempre, tem vários deputados que são testemunhas. Mas, infelizmente, neste caso, não foi possível acatar as Emendas e o nosso voto é “não”. Prestem atenção! Peço desculpas, não foi possível, mas nosso voto é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Matheus Vermelho, Professor Lemos e Requião Filho (9 Deputados); **Votaram Não:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (40 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas e Tercílio Turini (5 Deputados).] Com 9 votos favoráveis e 40 votos contrários, **estão rejeitadas as emendas n.^{os} 3 e 4.**

ITEM 6 – 2.^º Turno do Projeto de Lei n.^º 205/2025, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.^º 624/2025-GP, que Cria 5 (cinco) cargos de Desembargador, 2 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau do Tribunal de



Justiça e os cargos de provimento em comissão e funções de confiança que especifica, bem como altera a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, e adota outras providências. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Para discutir, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Creio que o Projeto exige toda a atenção desta Casa, bem como de toda a sociedade paranaense. Estamos votando, a pedido do Tribunal de Justiça, a criação desta câmara especializada em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Senhor Presidente, acho que a sociedade paranaense precisa ter vergonha da maneira como as mulheres são tratadas. E esta Casa faz uma iniciativa junto ao TJ, aprovando essa Lei, mas, vejam só: vamos gastar quase R\$ 14 milhões por causa de homens que agredem as mulheres nas suas casas. Isso é muito grave, Sr. Presidente. E acho que, enquanto homens, todos nós aqui temos que reafirmar esse compromisso contra a violência de gênero, contra a violência às mulheres. É extremamente meritório o Projeto. E aqui queria, Sr. Presidente, agradecer e parabenizar a nossa Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadora Lídia Maejima, e também a Desembargadora Ivanise Martins, que fizeram todo um esforço para esse levantamento de dados. Vamos ter uma câmara especializada nesse tipo de crime. Queria também destacar, Sr. Presidente, a importância e aqui, junto a V.Ex.^a, aos Deputados, especialmente à Bancada Feminina, porque é importantíssimo que avancemos nas políticas de paridade de gênero e é importantíssimo, falei isso com desembargadores e desembargadoras, que também, Ex-Presidente Traiano, nessas cinco vagas que sejam criadas – obviamente serão por mérito e por antiguidade –, mas que também tenha a presença de mais mulheres no Tribunal de Justiça. Assim como nós queremos que mais mulheres estejam nesta Casa, nas Câmaras Municipais, mas também o Judiciário precisa de mais presença feminina. Então quero agradecer à Deputada Ana Júlia, com quem também debatemos a construção, à assessoria de V.Ex.^a



aqui do Plenário também, porque precisamos tratar desse tema. E aqui mais uma vez o nosso voto “sim”, nosso Líder Arilson, é o voto favorável, mas que nós possamos avançar, efetivamente, em todos os aspectos – legislativos, judiciários – para que a violência contra a mulher seja objeto de um enfrentamento firme de toda sociedade paranaense. O voto é “sim”.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): A iniciativa da nossa Presidente do Tribunal de Justiça é extremamente louvável, digna e merecedora de todo o apoio desta Casa. É uma câmara inédita no Brasil, é a primeira Câmara da Mulher a ser implantada em todo o Judiciário brasileiro. Portanto, nada melhor do que o Poder Legislativo também dar a sua contribuição e nós procuramos dar celeridade ao trâmite dessa Mensagem. Quero crer que diante do grave problema que o Brasil todos os dias presencia nos meios de comunicação – no Paraná não é nada diferente –, a agressão à mulher é merecedora, sim, de uma Câmara, independente do valor que isso vá custar. Porque não vamos cessar com a criminalidade, com a agressão às mulheres paranaenses muito menos no Brasil. Claro que isso é cultural. Lamentavelmente é muito difícil de você diminuir esta afronta. Mas há que se considerar, também, que além desta Câmara de Mulheres a possibilidade de outra mulher se inserir em uma das câmaras, por exemplo, que é destinada à Ordem dos Advogados do Brasil – independente de homem, mulher pode participar também. Tem que passar pelo crivo, é lógico, da Ordem dos Advogados do Brasil e poder se credenciar para estar também em uma nova câmara que vai ser criada na estrutura do Poder Judiciário. É claro que as demais é por antiguidade. Por isso temos que defender, sim, a aprovação, é um gesto grande da nossa Presidente. O Governador deve sancionar esta Lei ainda, no máximo, até o dia 26 desse mês conforme alinhado com a Liderança do Governo,



com V.Ex.^a e com a Presidente do Tribunal de Justiça. Portanto, acho que temos que votar unanimidade este Projeto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, mais uma vez, em nome da Bancada Feminina, queremos encaminhar favorável a este Projeto que, sem dúvida alguma, é histórico para todo o nosso País. Uma iniciativa que inclusive deve servir de exemplo para outros estados, para outros Tribunais de Justiça. Destaco, novamente, a liderança da Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça, Lídia Maejima, a importância de termos mais mulheres ocupando os espaços de poder, que, com a sua sensibilidade, visam promover mais justiça social e aqui, nesse caso em específico, o combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, contra as crianças. Também acredito, Deputado Goura, que seria extremamente importante que essa Câmara tivesse desembargadoras também para análise dos processos que tramitarem ali e tenho certeza de que as orientações do CNJ também embasarão a escolha – não é, por antiguidade, enfim e por igualdade de gênero – aqui no Tribunal de Justiça. De fato, peço voto unânime, também, a este Projeto que é histórico, que é vanguarda, que é mais uma vitória para as mulheres do Estado do Paraná. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Eu gostaria que, conforme a Deputada falou – outros Deputados, Traiano –, gostaria que, em uma homenagem a essa iniciativa do Tribunal, em uma homenagem às nossas mulheres, à família que está passando por tudo isso, pudéssemos votar todos e todas aqui, unanimidade, a



este Projeto para dar uma demonstração do apoio desta Casa, portanto o voto é “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): “Sim” pelas mulheres do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*. Enquanto VEx.^a, os Deputados estão votando, eu quero que o senhor me permita aqui fazer um registro da presença do moço mais bonito que tem ali na frente, quem vocês acham que é? É o Pietro. O Pietro é filho do Deputado Gugu, seja bem-vindo a esta Casa aqui, Deus te abençoe, e quem sabe está aqui surgindo uma nova liderança, e daqui a alguns anos estará sentado em uma cadeira aí. Está bem, seja bem-vindo, Pietro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Romanelli, o Deputado Marcio Pacheco? Como votam a Deputada Cristina Silvestri, a Deputada Cantora Mara Lima? Como votam o Deputado Thiago Bührer, o Deputado Tercilio Turini? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (48 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas, Requião



Filho e Tercílio Turini (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 205/2025.

ITEM 7 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 775/2019, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que dispõe sobre a obrigatoriedade de constar informações sobre o peso da porção servida nos cardápios dos estabelecimentos que comercializam alimentos na forma de pratos por porção individual ou à la carte. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Questão de ordem, Presidente Alexandre.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela ordem, Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Gostaria de convidar a todos os Deputados para amanhã participem de uma grande audiência que teremos aqui no Poder Legislativo, que trata da classificação do fumo nas propriedades dos agricultores do Paraná. Não poderia esquecer que os Deputados proponentes, além deste Parlamentar, é o Deputado Alexandre Curi, Maria Victoria, Hussein Bakri, Luiz Claudio Romanelli e Luís Corti. Tenho a convicção, senhoras e senhores Parlamentares, que será uma das maiores audiências da história desta Assembleia. A ideia inicial era fazer no Plenarinho, tamanha a procura – e aqui nós vamos ter diversas delegações – o Presidente Alexandre Curi resolveu fazer



aqui no Plenário. Por isso, será um grande evento, e todos aqueles que puderem participar serão muito bem-vindos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Marcelo Rangel, Deputada Maria Victoria, Deputado Marcio Pacheco, Deputado Professor Lemos? Deputado Evandro Araújo, como vota? Deputado Tito Barrichello? Esta Presidência anuncia a presença do Vice-Prefeito de Wenceslau Braz, o senhor Rick, por solicitação do Deputado Evandro Araújo. Como votam o Deputado Nelson Justus, o Deputado Moacyr Fadel? Como vota o Deputado Jairo Tamura? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (42 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Jairo Tamura, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho e Tercílio Turini (12 Deputados).]** Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 775/2019.**

ITEM 8 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 165/2024, de autoria da Deputada Flávia Francischini, que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre as Doenças Crônicas no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Oposição vota “sim”.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Eu peço voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi– PSD): Votando. Como votam, Deputado Mauro Moraes, Deputado Matheus Vermelho, Deputado Paulo Gomes? Deputado Hussein, como vota? Deputado Gilberto, Deputado Evandro? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Jairo Tamura, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho e Tercílio Turini (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 165/2024.**

ITEM 9 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 236/2024, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que institui o Dia Estadual de Conscientização da Síndrome de Apert. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Queria informar os Deputados que amanhã, às 15 horas – os Deputados se puderem encaminhar seus chefes de gabinetes, assessores –, estará aqui o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com toda sua diretoria, prestando um curso a todos os nossos servidores, assessores dos Parlamentares, sobre o sistema ProGov, às 15 horas. Teremos, às 14h30, a presença do Presidente do Tribunal de Contas aqui, e depois, às 15 horas, no Plenário, para todas as assessorias, curso que será proferido pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Denian Couto, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Bührer (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Jairo Tamura, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho e Tercílio Turini (15 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 236/2024.**

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 637/2024, de autoria do Deputado Dr. Antenor, que concede o título de utilidade pública ao Centro de Desenvolvimento Humano Reviver, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal que não votou ainda, peço a compreensão, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Del. Jacobós, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Jairo Tamura, Ney Leprevost, Reichenbach, Renato Freitas, Requião Filho e Tercílio Turini (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 637/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 691/2025, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Sr. Gilson de Jesus dos Santos, Diretor-Presidente da Agência de Assuntos Metropolitanos, do Paraná - AMEP, requerendo esclarecimentos acerca das Concessões do Transporte Coletivo; **Requerimento n.º 692/2025**, do



Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Sr. Fernando Furiatti Saboia, MD. Diretor - Presidente do DER, requerendo esclarecimentos sobre o Planejamento e a Implementação das Concessões do Transporte Coletivo Intermunicipal; **Requerimento n.º 693/2025**, do Deputado Delgado Jacovós, solicitando o envio de expediente ao Sr. Fernando Furiatti Saboia, Diretor - Presidente do DER/PR, requerendo explicações referente à Linha Rodoviária Maringá x São Jorge do Ivaí, da Viação Real, na qual informaram que funcionará apenas até o dia 30 de junho de 2025; **Requerimento n.º 730/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SESP), requerendo informações sobre a implementação das Salas de Acolhimento para atendimento das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimento n.º 707/2025, do Deputado Alexandre Curi, requerendo a dispensa da Redação Final do Projeto de Lei n.º 205/2025. **Aprovado o Requerimento.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 676/2025, da Deputada Marli Paulino, solicitando o registro e o envio e votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Erika Checan, por ser idealizadora e coordenadora da Rede de Capelões e Capelarias na saúde (Curitiba e região Metropolitana); **Requerimento n.º 677/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo recursos para a pavimentação asfáltica do trecho entre a BR-163 (Cristo Rei) e a comunidade de Santo Antônio do Siemens, no município de Capanema; **Requerimentos n.os 678 e 681/2025**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Sr. Fernando Furiatti Saboia, Diretor-Presidente do DER, requerendo: a instalação de redutor de velocidade na Rodovia PR-090, no município de Campo Magro; uma análise técnica acerca do



limite de velocidade na Rodovia PR-317, no acesso ao Aeroporto do município de Maringá; **Requerimento n.º 679/2025**, do Deputado Matheus Vermelho, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo a viabilidade de correção na tabela de vencimentos dos chefes do Ciretrans; **Requerimento n.º 680/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Secretário Municipal de Governo e ao Administrador da Regional Tatuquara da Prefeitura da Cidade de Curitiba, requerendo a adoção de providências para a abertura de um Posto de Atendimento da Copel dentre os equipamentos urbanos disponíveis para a comunidade na Rua da Cidadania da Regional Tatuquara; **Requerimento n.º 682/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o I^{mo}. Sr. Paulo Rossetto (Tetê), que se firma como um dos grandes nomes do rodeio, inspirando novas gerações; **Requerimento n.º 683/2025**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao E^{xmo}. Diretor do DER, Sr. Fernando Furiatti Saboia, requerendo providências para a execução da Lei n.º 22.237, de 12 de dezembro de 2024, conforme específica; **Requerimentos n.os 684 a 690/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Carlópolis; Jacarezinho; Godoy Moreira; Tapejara; Bocaiúva do Sul; Palmas; Maripá; **Requerimentos n.os 694 a 697/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: à skatista Maitê de Aguiar Demantova, em razão de suas conquistas e realizações na prática do skate; ao Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI, Sr. João Teodoro da Silva, para o biênio 2025-2027; à Sr.^a Ariane Santos, fundadora do Instituto Liga Badu, organização social que visa alorizar a mulher com base na educação empreendedora e no acesso a oportunidade de emprego; ao skatista Guilherme Zardo Khury, por suas conquistas e realizações na prática do skate; **Requerimento n.º 706/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa em homenagem aos atletas, professores e mestres do Kung-Fu, em respeito e grande admiração a todos aqueles que contribuem



ativamente para o fomento e o fortalecimento da arte marcial no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 708/2025**, do Deputado Thiago Bührer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos nomes relacionados, pelos serviços prestados ao município de São José dos Pinhais; **Requerimentos n.ºs 709, 713, 716, 718 a 722, 724, 726, 728, 729, 731 e 735/2025**, do Deputado Thiago Bührer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa a: Sra. Evelyn Vidal, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Elite Rede de Ensino; Sra. Mayndra Beatriz Vieira, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Elite São José dos Pinhais - Afonso Pena; Andressa Hilário Dias, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Estadual Elza Scherner Moro; Rodrigo Cardozo Gomes, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Estadual do Campo Eunice Borges da Rocha; Sra. Elaine Mara da Silva, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Adventista de São José dos Pinhais; Sr. Gilberto Gaertner, que atua em clínica e Psicologia do Esporte; Cesar Augusto Gaspari, passou a registrar surfistas em ação, explorando ângulos inusitados e perspectivas que pouco ousam buscar; Sra. Carla Thereza Gedra, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Estadual Cívico Militar Padre Antônio Vieira; Maria Tereza Pienaro, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando a Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus; Katia Tomaz Milleo, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Estadual do Campo Colônia Malhada - EFMP; Anarai Cristina Brum, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Dom Bosco; Lorena Amparo de Souza, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Estadual Juscelino K. Oliveira; Yeda Mara Stanczyk Nogoceke, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o SESC SENAC São José dos Pinhais; Maria José Domingues Hannig, em



reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Estadual Cívico Militar Schirley Catarina Tamalu Machado; Renata Gruber, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Estadual Silveira da Motta Ens. Fundamental Médio e Profiss; Juliana Barreto M da Cruz, em reconhecimento aos serviços prestados nos Jogos Escolares representando o Colégio Estadual Tiradentes EFM e Profiss.

Requerimento n.º 710/2025, do Deputado Marcelo Rangel, solicitando informações à Itaipu Binacional, sobre os critérios de distribuição de recursos e os investimentos realizados em Projetos Externos, Eventos e Ações Institucionais;

Requerimento n.º 711/2025, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente para o Sr. João Carlos Ortega, Secretário Chefe da Casa Civil, conforme específica; **Requerimentos n.ºs 712, 714, 717, 723, 725, 727/2025**, da Deputada Marli Paulino, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa a: Sr. Aurélio Aufieri, atua também como Delegado do Conselho Regional de Educação Física do Paraná, consolidando seu compromisso com o bem-estar e a longevidade ativa; André de Paula, que descobriu sua vocação natural pelo surf; Marise Junqueira Nunes, que se destaca pela disciplina e pelo amor ao esporte; Adraina de Lucca, produtora cultural, artista multifacetada e verdadeira força criativa nos bastidores da cena artística brasileira;

Sr. Juliano Schultz, com formação sólida em música e mestrado em cinema; Sérgio Pina, que se tornou um paraquedista experiente, acumulando saltos emocionantes de aviões Hércules, balões e helicópteros; **Requerimento n.º 715/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente para o Sr. João Carlos Ortega, Secretário Chefe da Casa Civil, encaminhando Ofício n.º 21/2025 do Sindicato das Classes Policiais do Paraná - SINCLAPOL;

Requerimento n.º 732/2025, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro de votos de congratulações com menção honrosa a toda a Equipe da Sociedade Rural do Paraná, em nome do Presidente Marcelo Janene EL - Kadre, pelo sucesso da 63.^a Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, realizada de 4 a 13 de abril de 2025, no Parque de Exposições Ney Braga.

**Requerimentos com despacho do Presidente.**

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 675/2025, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo a retirada da emenda apresentada ao Projeto de Lei n.º 119/2025; Requerimento n.º 698/2025, dos Deputados Anibelli Neto e Márcio Pacheco, requerem a inclusão do Deputado Anibelli Neto como coautor do Projeto de Lei n.º 66/2025; Requerimento n.º 699/2025, dos Deputados Jairo Tamura e Fábio Oliveira, requerem a nomeação do Deputado Jairo Tamura (PL) como membro efetivo da Frente Parlamentar da Engenharia, Agronomia, Geociências e da Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do Paraná; Requerimento n.º 700/2025, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Evandro Araújo e Gugu Bueno, requerem a inclusão do Deputado Luiz Claudio Romanelli como coautor do Projeto de Lei n.º 993/2023; Requerimento n.º 701/2025, do Deputado Cobra Repórter, requerendo a retirada de tramitação dos Projetos de Lei n.ºs 191/2025 e 97/2023, de sua autoria; Requerimento n.º 702/2025, do Deputado Gilson de Souza, requerendo a indicação do Deputado Jairo Tamura como membro titular e da Deputada Cantora Mara Lima como membro suplente, para compor a Comissão Especial denominada COP30 - Oportunidades e Desafios na Convivência com as Mudanças Climáticas; Requerimento n.º 703/2025, do Deputado Gilson de Souza, requerendo a indicação do Deputado Jairo Tamura como membro titular e do Deputado Gilberto Ribeiro como membro suplente, para compor a Comissão Especial do Empreendedorismo e Inovação; Requerimento n.º 704/2025, dos Deputados Ademar Traiano, Alexandre Curi, Márcio Pacheco, Maria Victória e Cristina Silvestri, requerem a inclusão do Deputado Márcio Pacheco como coautor do Projeto de Lei n.º 186/2023; Requerimento n.º 705/2025, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 57/2027, de sua autoria; Requerimento n.º 736/2025, do Deputado Professor Lemos, Hussein Bakri, Anibelli Neto, Luiz Cláudio Romanelli, Alexandre Curi, Maria Victória, Marcelo Rangel e Luís Corti, requerem a inclusão do Professor Lemos como



coautor do Projeto de Lei n.º 119/2019, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Maria Victória, Anibelli Neto, Hussein Bakri, Marcelo Rangel, Luiz Cláudio Romanelli e Luís Corti; **Requerimento n.º 737/2025**, dos Deputados Moacyr Fadel, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Hussein Bakri, Luís Corti, Marcelo Rangel, Luiz Cláudio Romanelli e Maria Victória, requerem a inclusão do Deputado Moacyr Fadel como coautor do Projeto de Lei n.º 119/2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras para amanhã, terça-feira, dia 15, horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia:** **1.ª Sessão Ordinária** – Redação Final dos Projetos de Lei n.os 236/2024, 637/2024, 39/2025, 111/2025 e 160/2025; 2.º Turno dos Projetos de Lei n.os 775/2019, 165/2024 e 119/2025; 1.º Turno dos Projetos de Lei n.os 763/2023 e 1/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.os 538/2024, 749/2024 e 82/2025; **Sessão Ordinária de quarta-feira, antecipada para terça-feira** – Redação Final dos Projetos de Lei n.os 775/2019, 538/2024, 749/2024, 165/2024, 82/2025 e 119/2025; 2.º Turno dos Projetos de Lei n.os 763/2023 e 1/2025; 1.º Turno dos Projetos de Lei n.os 451/2023 e 307/2024; e Turno Único dos Projetos de Lei n.os 90/2025 e 97/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h27, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)